

# Revista CRN 4

Conselho Regional de Nutricionistas | 4ª Região | RJ - ES

Ano IX • N. 24  
Dezembro • 2014



## Nutricionista nas Políticas Públicas

O Projeto “Fortalecimento profissional nas políticas públicas”, fruto da parceria da Câmara Técnica de Políticas Públicas e da Fiscalização do Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª Região, terá prosseguimento no ano de 2015.

12 e 13



### Entrevista

**Consultora Técnica resalta importância da PNAN e da articulação do SUS e SISAN**

10 e 11



### Água

**Calendário 2015 destaca necessidade de economizar e não poluir para garantir a sustentabilidade do planeta**

Encarte

**É** com muita alegria que fechamos mais um ano da gestão “Articulação e Atitude: ampliando conquistas”, com a certeza que temos contribuído para o fortalecimento e a valorização profissional dos Nutricionistas e Técnicos. Foi um ano de muitas atividades, em que nossa jurisdição sediou um dos maiores eventos da categoria: o Congresso Brasileiro de Nutrição – Conbran 2014, realizado em Vitória (ES), com muito sucesso.

Destacamos a contribuição do Sistema CFN/CRN no congresso em debates sobre a formação profissional, o novo código de ética, biodiversidade, conflitos de interesse na relação público e privado, entre outros, assim como, nossa participação no Encontro Nacional das Entidades de Nutricionistas (ENAEN). Mantivemos um estande no evento junto com o CRN-9, onde pudemos manter contato direto com os profissionais do nosso regional oferecendo atendimento administrativo e fiscal. Ressaltamos nosso prazer em ver aprovados os seis trabalhos das ações do Conselho expostos sobre a forma de pôsteres.

Muitas ações e projetos que demos início nos diversos encontros onde contamos com a colaboração dos profissionais durante a nossa gestão estão em pleno desenvolvimento como o Projeto Fortalecimento Profissional nas Políticas Públicas, onde o Setor de Fiscalização e a Câmara Técnica de Políticas Públicas do CRN-4 estão mobilizando profissio-

nais e gestores de vários municípios em um trabalho amplo e complexo. Outros trabalhos foram concluídos durante esse ano, entre eles o Projeto Alimentação Coletiva em Debate, com o lançamento da Cartilha “O Nutricionista em Alimentação Coletiva e o Direito do Consumidor”, resultado da parceria do Setor de Fiscalização, da Câmara Técnica de Alimentação Coletiva e da Anerj, atendendo uma expectativa de nutricionistas do setor de hotelaria.

Estamos ampliando nossa parceria com o Ministério Público (MP) para fortalecer nossas ações, visando promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, por meio do conhecimento técnico-científico e ético dos nutricionistas, nos diversos campos de atuação. Um exemplo disso é a cartilha para instituições de longa permanência para idosos, alimentação em escolas privadas e visitas fiscais em conjunto com o MP em Niterói.

Garantimos nossa proposta de parcerias com os setores públicos de saúde, educação, assistência social e agricultura, com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas Técnicas e, principalmente, com as Entidades de Nutrição de nossa jurisdição, assim como, com demais instituições que envolvem a área da Nutrição.

Valorizamos e incentivamos cada vez mais a participação de nutricionistas do nosso regional frente às representações nos conselhos de saúde, alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional, ocupando

espaços para que o trabalho do nutricionista seja reconhecido como referência na defesa da soberania e da segurança alimentar e nutricional sustentável, para garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para todos.

Defendemos em nossa prática cotidiana, como profissionais de Saúde, o consumo de alimentos saudáveis, acompanhando desde a produção ao consumo, divulgando os benefícios do alimento produzido de forma agroecológica e livres de agrotóxicos como direito de todos.

Segue nesta edição o calendário para 2015, com a proposta de lembrar práticas sustentáveis para cuidar melhor do nosso planeta. Com a consciência do dever cumprido e reconhecendo que ainda há o que fazer, contamos com você para ampliar nossos projetos.

Desejamos que nosso sonho de um país onde o Direito Humano à Alimentação Adequada seja um direito acessível a todos se transforme em realidade.



**Feliz 2015!**

**Kátia Cardoso dos Santos**  
**Presidente CRN-4**

**Revista**



Ano VIII • N. 24  
Dezembro • 2014

**Diretoria**

**Presidente:** Kátia Cardoso dos Santos

**Vice Presidente:** Cristina Velloso de Melo

**Tesoureira:** Marlete Pereira da Silva

**Secretária:** Madalena Maria Ribeiro Marques

**Conselheiros efetivos:** Lúcia França Santos, Myrian Coelho Cunha da Cruz, Nara Limeira Horst Nelma Fernanda Fonseca Salvaya, Stella Maria Pereira de Gregório

**Conselheiras suplentes:** Carolina Iris Cardoso Rocha Passos, Denise Pontes Valle, Elisa de Farias Simas Moraes, Maria do Carmo Gomes e Juliana Pizzol Organo, Luciléia Colares, Maria do Carmo Rebello Gomes, Mariana Corrêa Gonçalves, Patrícia Valéria da Costa, Vanessa Vasconcelos Fonseca Barros

**Comissão de Formação Profissional:** Stella Gregório (Coordenadora), Nara Horst, Patrícia Costa, Luciléia Colares, Juliana Pizzol Organo, Luciléia Granhen Tavares Colares, Maria do Carmo Rebello Gomes, Mariana Corrêa Gonçalves, Patrícia Valéria da Costa, Vanessa Vasconcelos Fonseca Barros

**Comissão de Tomada de Contas:** Nelma Salvaya (Coordenadora), Nara Horst, Stella Gregório

**Comissão de Ética:** Cristina Velloso de Melo (Coordenadora), Nelma Salvaya,

Nara Horst, Patrícia Valéria Costa, Denise Valle, Elisa Moraes. **Colaborador:** Luis Tito Iff de Mattos

**Comissão de Fiscalização:** Marlete Pereira da Silva (Coordenadora), Myrian Cruz, Stella Gregório, Kátia Cardoso, Nara Horst, Nelma Salvaya, Luciléia Colares, Maria do Carmo Gomes, Juliana Organo. **Colaboradores:** Lúcia Andrade (ANERJ), Maria Arlette Saddy (coord. técnica), Samara Crancio (coord. fiscalização)

**Comissão de Comunicação:** Madalena Marques (Coordenadora), Kátia Cardoso, Lúcia França, Juliana Organo, Vanessa Fonseca, Elisa Moraes, Carolina Passos. **Colaboradores:** Lúcia Andrade (ANERJ), Ana Maria Florentino, Maria Arlette Saddy (coord. técnica), Samara Crancio (coord. fiscalização), Kelly Gonzaga (ANERJ)

**Comissão de Licitação:** Denise Valle (Coordenadora), Nelma Salvaya, Cláudia Maria André (funcionária CRN-4). **Colaboradores:** João Guilherme Calixto (coord. administrativo), Luiz Tito Iff de Mattos (coord. jurídico), Vânia de Jesus Ferreira Thomé (funcionária CRN-4)

**Comissão Patrimônio:** Lúcia França (Coordenadora), Elisa Moraes, Carolina Iris Cardoso. **Colaboradores:** João Guilherme Calixto (coord. administrativo), Marcos Rostirolla (assessor contábil CRN-4) e Jeferson Koprowsky (funcionário CRN-4 ES)

**Comissão Especial de Acompanhamento de Concurso Público (CEACOP):** Stella Gregório (Coordenadora), Maria do Carmo Gomes. **Colaboradores:** Maria Arlette Saddy (coord. técnica), Samara Crancio (coord. fiscalização), Celina Oliveira (fiscal), Mariângela Polastrí (assessora jurídica), Margaret Barros (secretária executiva)

**Comissão de Avaliação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS):** Madalena Marques (Coordenadora), Lúcia França, João Guilherme Calixto (coord. administrativo), Maria Arlette Saddy (coord. técnica), Zoraia Tognarelli da Cruz (funcionária CRN-4)

**Câmara Técnica de Nutrição Clínica e Esportes:** Mariana Gonçalves

(Coordenadora), Nara Horst, Nelma Salvaya, Marlete Silva, Vanessa Fonseca. **Colaboradores:** Edna Garabone (fiscal), Marília França, Márcia Valéria Oliveira, Leonardo Murad, Virgínia Nascimento

**Câmara Técnica de Alimentação Coletiva:** Luciléia Colares (Coordenadora), Cristina Velloso, Lúcia França, Kátia Cardoso, Vanessa Fonseca. **Colaboradores:** Maria Arlette Saddy (coord. técnica), Samara Crancio (coord. fiscalização) e Lúcia Andrade (ANERJ)

**Câmara Técnica de Políticas Públicas:** Myrian Cruz (Coordenadora), Nelma Salvaya, Kátia Cardoso, Madalena Marques, Patrícia Costa, Juliana Organo, Lúcia França, Vanessa Fonseca, Elisa Moraes. **Colaboradores:** Rita de Cássia Perrelli (ANERJ), Márcia Regina Mazalotti Teixeira, Angelita Nascimento, Celina Oliveira (fiscal) e Marcia Valéria Nascimento

**Jornalista responsável:** Cecília Contente MTB 17.202/RJ

**Design Gráfico e Ilustrações:** Carlos D

**Impressão:** DRQ Artes Gráficas Ltda

**Tiragem:** 15.000 exemplares

**Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região**  
[www.crn4.org.br](http://www.crn4.org.br)

**Rio de Janeiro:**

Av. Rio Branco, 173 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20040-007 - Tel: (21) 2517-8178 - Fax: (21) 2517-8115 Atendimento: 9h às 16h, de segunda a sexta

**Espírito Santo:**

R. Misael Pedreira da Silva, 98/101 - Praia do Suá - Vitória/ES - Cep: 29056-940 - Tel: (27) 3315-5311 - Atendimento: 9h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta

## Nutricionistas participam do novo Código de Ética

O processo de elaboração do novo código de ética está em curso e deve levar aproximadamente dois anos. Segundo a Conselheira do CRN-4, Nelma Salvaya (foto), que integra a Comissão de Ética, os principais motivos que levaram o Sistema CFN/CRN a promover essas alterações foram as solicitações da própria categoria, já que o mundo mudou e atualmente o Código de Ética não contempla todos os dilemas éticos. O CFN elaborou um questionário e, além de colocar na internet, levou para o último Congresso de Nutrição (Conbran 2014), com a proposta de que os profissionais respondessem e pudessem ser avaliados para depois sistematizar as respostas, conforme:



- Direitos e deveres: situações que decorrem do rol de direitos e deveres associados aos princípios e valores, individuais e coletivos, que não devem ser violados enquanto profissional e cidadão. Ex: autonomia profissional, sigilo profissional, desvio de função, assédio (moral, sexual, de gênero, de raça e cor, de estado civil, etc).
- Atribuições nas áreas de atuação: atribuições previstas em leis e resoluções que definem as atividades básicas e complementares da atuação do nutricionista. Ex: responsabilidade técnica, gerenciamento de unidades, etc.
- Condutas e práticas profissionais: questões técnicas e práticas vivenciadas no cotidiano profissional, não previstas ou detalhadas nas

atribuições. Ex: tempo de consulta, limites e situações para prescrição (suplementos, fitoterápicos, medicamentos, probiótico), formas de atendimento (presencial, a distância, individual, coletiva), autonomia na elaboração do cardápio (cardápio comercial x cardápio saudável).

- Comunicação: estratégias para comunicação com o público e divulgação de serviços prestados pelo profissional. Ex: uso de redes sociais, uso de imagem dos pacientes (antes e depois), marketing pessoal, etc.
- Vinculação a produtos, marcas e empresas: associação, divulgação, indicação, venda de produtos e marcas específicas (alimentos, embalagens, equipamentos, serviços, etc). Ex: propaganda de produtos, indicação de marcas no consultório, convênio/acordo com farmácias, estabelecimentos de venda de produtos alimentícios, etc.
- Relações interpessoais: situações vivenciadas nas relações entre profissionais (nutricionistas e outros), com pacientes/clientes, com empregados, com empregadores, com estudantes, com população em geral

no exercício da profissão e em outras situações em que seja identificado como nutricionista, dentro e fora do ambiente de trabalho. Ex: abuso de poder, preconceito contra obeso, discriminação (público e privado, de gênero).

- Formação e atualização profissional: situações associadas a processos formais e informais de formação e atualização profissional. Ex: condutas associadas ao estágio, pesquisas científicas, competências e habilidades profissionais.
- Questões trabalhistas: situações regidas pela legislação trabalhista, que envolve aspectos contratuais, sindicais, entre outras. Ex: carga horária, tabela de honorário por atividade, formas de remuneração, tipos de contrato, parâmetros numéricos de profissionais.
- Papel do sistema CFN/CRN: situações associadas às atribuições do conselho no que se refere à orientação, disciplina e fiscalização da prática profissional (legislação, regulamentação da profissão). Ex: exercício ilegal da profissão, divulgação de pareceres técnicos, etc.

Nelma explica que será um processo construtivo e coletivo que contará com o CFN, CRNs e a categoria. A principal ideia é ouvir os nutricionistas e depois analisar o que de fato será preciso mudar ou acrescentar no novo código.

## Anvisa atualiza o Regulamento Técnico de Boas Práticas

**A**nvisa atualizou o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 52/2014, de 29 de setembro de 2014, ampliou a abrangência da norma anteriormente vigente, a RDC nº 216/2004. Com isso, as boas práticas de serviços de alimentação passam a valer, também, nos serviços de saúde. A atualização manteve excluído do regulamento os lactários,

terapia de nutrição enteral e bancos de leite humano.

De acordo com a Gerente de Regulamentação e Controle Sanitário em Serviços de Saúde da Anvisa, Maria Angela da Paz, a nova regra preenche uma lacuna regulatória e orienta as fiscalizações feitas pelas vigilâncias sanitárias do País. “Com a experiência da aplicação do regulamento, constatou-se que a RDC nº 216/2004 é aplicável aos serviços de saúde, não havendo a

necessidade de elaborar um novo regulamento e sim apenas ampliar seu âmbito de aplicação”, explica.

Segundo ela, os serviços devem garantir que os alimentos fornecidos sejam adequados e seguros para o consumo.

A gerente afirma que “é essencial que exista uma diretriz bem estabelecida, por meio de um regulamento técnico, para garantir a higiene dos alimentos fornecidos por estes serviços”.

# Avanços na regulação da relação público privado em alimentação e nutrição

**E**m novembro de 2013, como desdobramento do Congresso World Nutrition Rio2012, foi lançada a Frente pela Regulação da Relação Público Privado em Alimentação e Nutrição (Frente), que reúne pesquisadores, profissionais e estudantes de instituições de ensino e pesquisa (UERJ, UFF, UNIRIO, UFG, Ensp/Fiocruz), conselhos (CRN-4, CFN), associações (ABRASCO, WPHNA) e instituições de saúde (por exemplo, INCA).

Os objetivos da Frente são: identificar, discutir, publicizar e monitorar situações de conflitos de interesses da relação público-privado (RPP) em Alimentação e Nutrição (A&N), apoiar e promover estratégias de formação no tema, dar visibilidade a experiências bem sucedidas e articular ações coletivas de enfrentamento e regulação. Esses objetivos foram definidos com base em três constatações: as recorrentes situações de conflitos de interesse entre a RPP na implementação das políticas de A&N e saúde; os incipientes esforços do poder público em regular as ações do setor privado junto à população, assim como em construir medidas de proteção das políticas públicas e a resistência do setor privado às medidas regulatórias.

Neste primeiro ano os membros da Frente buscaram divulgar o manifesto de sua criação e construir um blog; sistematizar relatos de casos de potenciais conflitos; realizar (agosto/2014) oficina dirigida às universidades públicas do Rio de Janeiro (RJ) abordando a RPP (previsão de novas oficinas em Minas Gerais, São Paulo e no RJ); apresentar o tema no VI Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde/ABRASCO (nov./2013), XXIII CONBRAN (set./2014), Seminário Internacional do Instituto de Defesa do Consumidor (nov./ 2014), Seminário Nacional do SISAN (nov./ 2014) e participar da consulta pública da agenda regulatória da ANVISA, biênio 2015-2016.

**Frente pela Regulação da Relação Público Privado em Alimentação e Nutrição**



Conheça nosso Manifesto (<http://regulacaopublico-privado.blogspot.com.br>), que já recebeu 27 assinaturas institucionais e 123 pessoais e junte-se a nós neste caminho!

## Rotulagem: processo de revisão da regulamentação

**N**o dia 3 de dezembro a Anvisa iniciou os trabalhos de análise ou revisão da regulamentação da Rotulagem Nutricional. Este trabalho envolve um grupo de profissionais representantes da indústria de alimentos, da área técnica e da política de alimentação e nutrição, nomeados na Portaria n 949/2014. O grupo foi criado para auxiliar a agência a identificar os problemas da rotulagem nutricional em vigor no Brasil, quanto às dificuldades de preparar as informações (na criação do rótulo) e também quanto à utilização do que está disponível nos rótulos dos alimentos. O grupo deverá, no prazo de dois anos, propor alternativas para solucionar os problemas e as limitações identificadas.

A representante do CFN na ANVISA, Arlete Santos, reuniu-se no dia 10 de

dezembro com membros do CRN-4 para apresentar a proposta da agência e buscar estratégias para iniciar o debate com os nutricionistas, tendo em vista que a Anvisa objetiva rever o conteúdo da normativa, refletir sobre a utilidade das informações nutricionais do rótulo para o consumidor e identificar os atores responsáveis em “educar” as pessoas sobre o conteúdo apresentado como informação nutricional. Essas reflexões são reconhecidas como bases para o processo de revisão das regras em vigor, por direcionarem às necessidades e capacidades da sociedade sobre o entendimento da informação nutricional.

Na primeira reunião, foram indicados alguns itens da rotulagem nutricional que irão para a análise detalhada: tamanho da fonte, falta de padronização dos instrumentos das medidas

caseiras, ausência de comprovação para o cálculo da tabela de informação nutricional, a larga margem de tolerância, entre outros. Esse itens foram citados, principalmente, pelo reconhecimento da importância para o entendimento da informação, do grau de prejuízo que causa ao uso da informação (acabam por atrapalhar em vez de auxiliar no entendimento) e pela fragilidade que põe em risco a fidedignidade da informação.

A proposta é que a “Lista de Ingredientes”, hoje no escopo da Rotulagem Geral, seja transferida para o escopo da Rotulagem Nutricional, principalmente por representar um modelo de informação que é de conhecimento das pessoas, ou seja, um modelo descritivo de ingredientes semelhante ao da receita culinária.

# CRN-4 e UFRJ: parceria para estimular as boas práticas ambientais em serviços de alimentação

\*Lucilélia Colares

**A** conscientização ambiental vem crescendo globalmente em razão dos efeitos negativos que a poluição tem provocado ao meio ambiente e com isso, vários segmentos da atividade econômica passaram a direcionar parcelas de investimentos, esforços administrativos e operacionais em direção da sustentabilidade para se manterem mais competitivas e ocuparem posições comerciais satisfatórias. Tanto o governo quanto a sociedade tem gerado diferentes tipos de cobranças sobre o meio empresarial, fazendo com que as organizações busquem um desempenho ambiental satisfatório, minimizando sua potencialidade poluidora.

Acompanhando essa tendência, nos serviços de alimentação (SA), o processo de trabalho deve ser ambientalmente correto, visando à utilização adequada dos recursos necessários a produção de refeições (água, energia e alimentos) com características higiênico-sanitárias satisfatórias e, conseqüentemente, proteger o meio ambiente e a saúde pública.

Em relação ao uso da água em serviços de alimentação a legislação específica para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos prevê o desenvolvimento e implementação de Procedimentos Operacionais Padronizados – POP para higienização das instalações, equipamentos, móveis e utensílios, além do controle da potabilidade da água (Portaria MS/SVS nº 326, de 30 de julho de 1997; Resolução ANVISA - RDC Nº 275 de 21 de outubro de 2002), sendo de extrema importância a adoção de medidas de uso racional desse recurso.

A legislação específica da ANVISA para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos não prevê medidas de uso racional de energia, porém, como esse recurso é utilizado, tanto na edificação, quanto



na produção de refeições equipamentos elétricos, fazem-se necessárias medidas de uso racional de energia a fim de contribuir para preservação do meio ambiente, além de priorizar a manutenção adequada dos equipamentos, de forma a mantê-los em bom estado de conservação e otimizar a vida útil dos mesmos.

Com respeito aos resíduos sólidos gerados em serviços de alimentação, embora a legislação específica para Serviços de Alimentação (Resolução ANVISA - RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004 e Resolução ANVISA - RDC Nº 275 de 21 de outubro de 2002), não tratem especificamente da gestão dos resíduos sólidos, estas trazem algumas recomendações sobre a disposição temporária dos mesmos. Porém, todas as etapas que fazem parte do fluxo do processo produtivo (recepção e inspeção de gêneros, estocagem, pré-preparo, preparo, cocção, distribuição e higienização de utensílios) devem ser consideradas, a fim de que as ações propostas permitam identificar os fatores que contribuem para a geração de resíduos sólidos, para possibilitar a implantação de um plano de gerenciamento que contemple a educação ambiental, a minimização, o reaproveitamento, a reutilização e encaminhamento para reciclagem dos resíduos sólidos, e, só então, a disposição final dos rejeitos, como já está previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no

12.305, de 02 de agosto de 2010).

Diante do exposto o Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª Região (CRN-4), preocupado com as questões ambientais, econômicas e sociais relacionadas à produção de refeições em larga escala estabeleceu parceria com o Laboratório de Sustentabilidade na Produção de Refeições (LASUPRE) do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado pelas professoras Lucilélia Colares, Verônica Figueiredo e Aline Mello, para elaborar material necessário à orientação de nutricionistas que atuam em serviços de alimentação para a produção de refeições mais sustentável.

Inicialmente foi elaborada pelo LASUPRE uma lista de verificação de boas práticas ambientais em serviços de alimentação (LVBPA-SA), contendo medidas a serem adotadas em relação ao uso racional de água e energia, bem como questões relativas à geração, segregação, destinação temporária e final de resíduos sólidos, bem como um manual para auxiliar o preenchimento da LVBA-SA, que servirão de norteadores para a implantação de medidas sustentáveis nesses estabelecimentos.

Essa lista será utilizada em visitas fiscais orientadoras do CRN-4 com o objetivo de realizar diagnóstico da situação dos SA com respeito às medidas sustentáveis já adotadas, para que se tenha um retrato dessa situação dos estabelecimentos no município do Rio de Janeiro e possa orientar ações posteriores.

A LVBPA-SA e o manual de preenchimento estarão disponíveis na página do CRN-4 para que os serviços de alimentação possam utilizá-los como norteador das boas práticas ambientais.

\* Lucilélia Colares é conselheira do CRN-4, coordenadora da Câmara Técnica de Alimentação Coletiva, professora associada do Instituto Josué de Castro da UFRJ/ coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sustentabilidade na Produção de refeições.

# Nutricionistas defendem alimentos sem veneno



*Ato na Cinelândia no Dia Nacional de Luta Contra os Agrotóxicos*

**N**o dia 3 de dezembro foi comemorado o Dia Internacional do Não Uso dos Agrotóxicos. A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida organizou atividades em vários estados do Brasil. No Centro do Rio de Janeiro, foi realizado um ato público para conscientizar os cidadãos a se unirem para exigir comida sem veneno. Para isso, é fundamental que o congresso defenda a saúde da população e a agricultura familiar, responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores.

O evento contou com exposição de fotos, banner e distribuição de panfletos com informações sobre os agrotóxicos, além de aula pública com representantes da Fiocruz, da Campanha e depoimentos de agricultores. Foi exibido o filme “Agricultura da Morte” e o Curta Agroecologia. O CRN-4, que tem se engajado nesta luta contra os agrotóxicos, assim como todo o Sistema CFN/CRN, esteve presente ao ato.

Em entrevista, um dos coordenadores nacionais da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos, Alan Tygel, explicou que a data foi es-

colhida em função de um acidente ocorrido em Bophal, Índia, no dia 3 de dezembro de 1984. Em uma zona densamente povoada, toneladas de gases tóxicos, químicos utilizado na elaboração de um praguicida da Corporación Union Carbide, vazaram e 30 mil pessoas morreram devido ao acidente. Ainda hoje, estimativas indicam que 150 mil sofrem de doenças crônico-degenerativas causadas pela exposição aos gases letais. A Union Carbide, posteriormente adquirida pela Dow Química, ainda se nega informações sobre a natureza dos contaminantes. A região nunca foi

descontaminada e até hoje representa um perigo à população. O desastre químico foi considerado o pior da história e a data foi estabelecida pela Pesticide Action Network (PAN) como o dia internacional do não uso de agrotóxicos.

Tygel afirma que no Brasil, em função do agronegócio, mais de um bilhão de litros de agrotóxicos são utilizados por ano. A monocultura e commodities agrícolas tiveram uma evolução grande nos últimos 14 anos. Segundo o coordenador, hoje a área plantada de arroz e feijão foi reduzida em 50%. Ele diz que o tema sensibiliza a população, pois a maioria das pessoas quer saber o que está comendo e começa a fazer uma conexão entre o campo e a cidade.

De acordo com Tygel, há cinco tarefas prioritárias da campanha: banir a pulverização aérea de veneno, lutar contra a isenção fiscal sobre os agrotóxicos, criação de zonas livres

para que a agroecologia possa se desenvolver, combater a contaminação da água, rios e lençóis freáticos, que já dão sinais de contaminação e a proibição no Brasil de agrotóxicos já banidos em outros países (50 tipos).

Para Tygel, é importante alavancar a produção de alimentos saudáveis. Enfatiza que a fome no mundo não tem relação com a falta de alimentos, como defendem alguns políticos, mas sim com a desigualdade e a forma de distribuição. “A concentração em apenas 10 empresas de alimentos, acabam por definir quem é que pode comer”, diz. Ressalta ainda que a visão de que o agrotóxico pode garantir uma produção maior de alimentos tem curto prazo de validade, pois a terra envenenada, morre e se esgota. Por isso, é preciso defender a produção de alimentos em harmonia com a natureza e de forma sustentável.

Segundo Tygel, a melhor estratégia é implementar políticas públicas con-

sistentes de apoio a agroecologia. Já foi dado o primeiro passo na aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), mas agora será preciso implementar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. Ele informa que aqueles que quiserem se engajar nessa campanha podem entrar no site <http://contraosagrototoxicos.org>



Alan Tygel, coordenador nacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos

## Posição do Sistema CFN/CRN

- Defende a aplicação do princípio da precaução na análise de risco dos organismos transgênicos.
- Defende a realização de rigoroso monitoramento pós-comercialização dos transgênicos, que permita seu rastreamento e o estabelecimento de causa e efeito no caso de danos à saúde da população brasileira.
- Exige o cumprimento da legislação vigente e a rigorosa fiscalização da rotulagem dos produtos e alimentos transgênicos e seus derivados, previstas na legislação brasileira
- Recomenda que a categoria abstenha-se de utilizar e recomendar produtos e alimentos transgênicos ou seus derivados, até que estudos independentes e conclusivos garantam sua inocuidade.
- Recomenda que os nutricionistas mantenham uma postura crítica e fundamentada sobre o uso dos alimentos transgênicos para a população, e que valorizem os produzidos de forma orgânica e agroecológica, respeitando a cultura alimentar brasileira.
- Defende um modelo de produção agrícola que fomente a agricultura familiar e camponesa, preferencialmente de base agroecológica, que geram desenvolvimento local e respeitam os hábitos alimentares regionais e locais em contraposição ao agronegócio e a monocultura.
- Defende o banimento em território nacional dos agrotóxicos e ingredientes ativos já proibidos em outros países, bem como daqueles que apresentam potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente.
- Passa a integrar a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Alerta os profissionais de uma forma geral, e em especial os da área de saúde e os envolvidos com as etapas da produção e do consumo de alimentos, que incorporem a
- discussão sobre OGM e Agrotóxicos nas suas pautas técnicas de trabalho, como forma de criar massa crítica em relação a esses temas.
- Conclama as entidades e organizações da sociedade civil e instâncias de controle social de todas as esferas de governo e afins, especialmente as envolvidas com a segurança alimentar e nutricional, para somar forças no sentido de exigir a pauta desse tema na agenda nacional.

## Semana de Alimentação Carioca

Com o objetivo de contribuir para a conscientização e sensibilização da população carioca sobre temas ligados à nutrição e alimentação, como o acesso aos alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda, mobilização e controle social, a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro incluiu em seu calendário oficial a Semana de Alimentação Carioca (SAC-Rio). O evento, organizado em função do Dia Mundial da Alimentação - 16 de outubro, há quatro anos já se estende por uma semana, a fim de dar visibilidade aos temas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que em 2014 escolheu “Agricultura Familiar: alimentar o mundo, cuidar da



Kátia é homenageada na abertura da SAC 2014

terra”.

O Consea-Rio, junto com parceiros, entre eles o CRN-4, programou atividades, de 14 a 18 de outubro, voltadas para a população. A cerimônia de abertura do evento aconteceu dia 14 de outubro, no Auditório da CASS – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com o lançamento do vídeo “Sistema Alimentares Sustentáveis”. Na ocasião, também foram homenageadas pessoas que tem contribuído com a Segurança Alimentar e Nutricional no município. Entre os homenageados, a presidente do CRN-4, Kátia Cardoso dos Santos.

### Lançamento de aplicativo “Vamos montar seu prato?”

No dia 17 de outubro, foi realizado um trabalho de divulgação e orientação de alimentação saudável na Feira de Laranjeiras, no Largo do Machado, com o objetivo de promover, divulgar, sensibilizar e estimular a prática de alimentação saudável com atividades sensoriais, apresentação e distribui-



Aplicativo do CRN-4 é lançado durante atividade da SAC

ção de materiais com dicas de alimentação saudável.

O CRN-4 participou da atividade de orientação nutricional. Na oportunidade, a presidente do Conselho, Kátia Cardoso dos Santos, fez o lançamento do aplicativo para computadores “Vamos montar seu prato” (disponível no site [www.crn4.org.br](http://www.crn4.org.br)) com a proposta de tornar cada vez mais acessível as orientações nutricionais e a importância do nutricionista para uma vida mais saudável.

A programação também contou com uma Feira/mostra de produtos agroecológicos, o tradicional Café na Roça, no Sítio do Edinho, em Campo Grande, que apresentou um Seminário para a discussão da agricultura urbana e uma Troca de Saberes de Agricultores com a EMBRAPA e uma homenagem aos agricultores familiares.

## Anerj retoma projeto Livros e Autores em Nutrição

O projeto “Livros e Autores em Nutrição”, lançado em 2002 pela Associação de Nutrição do Estado do Rio de Janeiro (Anerj), foi retomado pela entidade em evento realizado no auditório Vera de Janacópolis, da Unirio, no dia 4 de novembro deste ano. Para isso, a Anerj convidou a nutricionista Nelzir Trindade Reis para lançar o livro Nutrição Clínica: bases para prescrição.

Além da sessão de autógrafos, Nelzir, um dos maiores ícones da profissão, fez uma palestra voltada para um resgate da história da nutrição desde os primórdios da humanidade, passando pelos problemas da nutrição em relação à preservação da espécie, depois pelo período paleolítico e mesolítico. Ela relatou que o primeiro papiro egípcio com a primeira prescrição die-



Nelzir faz palestra para público da Unirio

tética data de 3.400 anos antes de Cristo. Nelzir citou vários marcos históricos da Nutrição, até os dias de hoje.

A autora ressaltou que o primeiro curso de Nutrição da América Latina foi na Argentina, em 1933. Em 1939, o professor Paulo Souza trouxe o curso para São Paulo, Brasil. A partir da criação da Associação Brasileira de Nutrição (ABN), em 31 de agosto de 1949, a profissão ganhou um grande impulso no país, com a criação de outras universidades e mais tarde do Conselho Profissional.

Nelzir explicou que a história do livro começou em 1966, ano em que ela, como nutricionista, fez a primeira prescrição dietética no Brasil. A autora destacou que para seguir essa profissão não basta apenas ter o conhecimento técnico. “Além do aprofundamento científico é preciso ter ética, perseverança e profissionalismo”, afirmou. Acrescentou ainda que “Nutrição é ciência, estudo permanente, arte, paciência e carinho”.

O evento contou com uma mesa de abertura composta pelo diretor do curso de Nutrição da Unirio, Anderson Teodoro, de um representante dos estudantes, Daniela Dufloth e da diretora da Anerj, Kelly Gonzaga. Esta última destacou a feliz coincidência da retomada do projeto da Anerj com o lançamento do livro da Nelzir Reis.



## Oficinas 2014

O grupo que integra a Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (Reane) optou pela realização de oficinas no segundo semestre de 2014. A decisão foi tomada no X Seminário da Reane realizado em abril, a partir de avaliações e sugestões dos participantes. Os temas das oficinas foram escolhidos pelos próprios responsáveis técnicos presentes ao evento. No dia 2 de setembro foram realizadas duas oficinas: Monitoramento do ANTHRO (Avaliação Antropométrica), com o objetivo de utilizar o ANTHRO para classificação do estado nutricional de escolares e Oficina Culinária, com o objetivo de Incentivar o uso da culinária como estratégia de promoção de alimentação saudável.

No dia 24 de setembro foi realizada a Oficina Gestão I: Processos licitatórios, com o objetivo de discutir aspectos relativos aos processos licitatórios na alimentação escolar, tanto para contratação de serviços quanto para compra de gêneros. No mesmo dia

aconteceu a Oficina de Elaboração de Ficha Técnica, com a proposta de instrumentalizar para a elaboração de fichas técnicas.

Em outubro, no dia 22 foi a vez da Oficina de “Desafios do responsável técnico para uma alimentação saudável no ambiente escolar: agricultura familiar e produção orgânica, uma alternativa viável?”, que teve como objetivo conscientizar e discutir com os responsáveis técnicos sobre a implantação de produtos da agricultura familiar e produtos orgânicos na alimentação escolar, conhecer a realidade atual dos municípios presentes ao encontro em relação à aquisição dos produtos oriundos da Agricultura Familiar/Orgânicos, capacitar os responsáveis técnicos em relação aos conceitos relacionados à agricultura familiar e produção orgânica.

No dia 11 de novembro aconte-



Integrantes do Reane

ceu a Oficina de Educação Alimentar e Nutricional com a proposta de desenvolver práticas dialógicas de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar. Também foi realizada a Oficina de Controle de Qualidade, a fim de Identificar práticas de controle de qualidade na alimentação escolar.

Todas as oficinas aconteceram na Uerj e os Municípios participantes foram: Maricá, Duque de Caxias, Japeri, Rio de Janeiro, Macaé, Resende, Tanguá, Mesquita, Campos dos Goytacazes, São José do Vale do Rio Preto, Rio das Ostras, Mendes, São João de Meriti, Três Rios, Valença, Vassouras, Cabo Frio, Niterói, Paracambi, Paraíba do Sul e Sapucaia.

## Comemoração

## 30 anos da UERJ

O Instituto de Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) celebrou 30 anos em outubro de 2014. No dia 29 foi realizado um evento que contou com uma mesa composta pelas professoras Claudia Bocca (Unirio), Shirley Donizete Prado (Uerj), Maria Therezinha Nóbrega da Silva (Enfermagem da Uerj) e Inês Rugani de Castro (diretora da Uerj). Todas fizeram relatos sobre a importância do curso de Nutrição.

Therezinha fez um resgate da história da construção do Instituto de Nutrição, que funcionou inicialmente no Curso de Enfermagem. Ela se emocionou ao contar cada dificuldade encontrada, mas também os avanços no processo de implementação da Nutrição na Uerj. Parte do público presente, entre estudantes, ex-alunos e professores se identificaram com as histórias



Claudia, Teresinha, Shirley e Inês

e também se emocionaram ao constatar a evolução do curso.

Inês ressaltou que todas as gestões que passaram pela Nutrição foram consolidando os trabalhos e ações das gestões anteriores. Ela acredita que isso fortaleceu todo o processo que culminou em um curso que é considerado referência no ensino e pesquisa em Nutrição. Outro ponto de desta-

cado pela diretora é a parceria feita para a realização do Restaurante Universitário, que foi inaugurado em 2009 e hoje é um campo de produção de conhecimento e formação do aluno, além de implementar política de Segurança Alimentar e Nutricional.

No dia 30 de outubro aconteceram duas mesas redondas “Alimentação no contexto contemporâneo” e “Interações entre nutrição e genética: desafios e potencialidades para a produção do conhecimento”, transmitidas ao vivo via Internet, pelo Telessaúde. Entre as atividades programadas foi realizada uma Oficina de Integração e Planejamento e apresentação de trabalhos de alunos e ex-alunos.

# SUS e SISAN

## Uma articulação necessária

**Kelly Poliany de Souza Alves**

Consultora Técnica - Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) - Departamento de Atenção Básica/Secretaria de Atenção à Saúde (DAB/SAS) – Ministério da Saúde



**CRN4** Com a atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em 2011, o que pode ser apontado como principal mudança em relação à primeira versão publicada em 1999?

O processo de revisão da PNAN se deu em um contexto diferente daquele vivenciado no fim da década de 1990. A nova versão dessa política precisava ser coerente com as atuais necessidades de saúde da população brasileira, com os mecanismos de gestão do SUS e de organização do cuidado nas Redes de Atenção à Saúde e com a organização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Aponto como principal mudança da PNAN a diretriz de “Organização da Atenção Nutricional”, que marca caminhos para a organização dos cuidados em alimentação e nutrição no SUS, com vistas a contribuir para integralidade e a humanização das práticas de saúde. O conceito de Atenção Nutricional estabelecido na nova versão da PNAN provoca a ampliação da visão historicamente construída de que os cuidados em alimentação e nutrição no SUS se resumem aos procedimentos característicos de programas voltados ao público materno infantil, implementados no âmbito da Atenção Básica (como a mensuração de peso e estatura, a administração e/ou distribuição profilática de suplementos vitamínicos e minerais e até mesmo de gêneros alimentícios, como

leite e óleo).

A nova diretriz orienta que a organização da atenção nutricional deve partir das demandas dos usuários do SUS e, para isso, sinaliza importantes aspectos para uma apreensão ampliada das necessidades da população como o reconhecimento dos indivíduos enquanto membros de famílias e comunidades, “sujeitos coletivos” que possuem suas formas próprias de organização e necessidades distintas, assim como apresentam diferentes respostas a fatores que lhes possam afetar; a necessidade de considerar as especificidades de diferentes grupos populacionais, povos e comunidades tradicionais, assim como as diferenças de gênero e de cada fase da vida; e a importância de incluir no processo de territorialização realizado pelas equipes de Atenção Básica a identificação dos espaços de produção, comercialização e distribuição de alimentos, além dos costumes e tradições alimentares locais. A Atenção Nutricional deve priorizar a realização de ações no âmbito da Atenção Básica, mas precisa incluir, de acordo com as necessidades dos usuários, ações em outros pontos da Rede de Atenção à Saúde e também de equipamentos sociais de outros setores nos territórios, para a garantia do cuidado integral da saúde. É importante que o SUS atente para os cuidados em alimentação e nutrição em toda a sua rede de serviços, além da articulação

intersectorial nos territórios, que potencializa a atenção integral à saúde e a SAN.

**CRN4** Como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é apresentada no contexto da PNAN?

A PNAN tem como um de seus princípios a SAN com soberania. Todas as suas diretrizes sinalizam contribuições do SUS para a SAN, mas a diretriz específica – “Cooperação e Articulação para a SAN” – reconhece que a garantia de SAN para a população, assim como a garantia do direito à saúde, não depende exclusivamente do setor saúde, mas este tem papel essencial no processo de articulação Intersectorial, e que a articulação e cooperação entre o SUS e o SISAN proporcionarão o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição na Rede de Atenção à Saúde, de modo articulado às demais ações de SAN para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e dos agravos em saúde, na ótica de seus determinantes sociais.

**CRN4** Quais ações desenvolvidas nos últimos três anos para implementação das diretrizes da PNAN você destacaria?

O estabelecimento e ampliação das articulações intra e intersectoriais para construção de agendas cooperativas em prol da organização da atenção nutricional no SUS e da promoção de SAN. Especificamente, destaco as seguintes ações:

- Publicação da Portaria que institui diretrizes para organização da linha de cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade no SUS no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, produção e publicação de instrumentos de apoio técnico à implementação da linha de cuidado (Caderno de Atenção Básica nº 38 e resultados do Laboratório de Inovação no Manejo da Obesidade nas Redes de Atenção à Saúde) e início da organização da linha por diferentes Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde;
- A produção e divulgação de conhecimento, a discussão e articulação para organização da atenção às pessoas com necessidades alimentares especiais no SUS (Caderno de Atenção Domiciliar - cuidados em Terapia Nutricional; Suplemento temático com artigos que abordam a perspectiva da gestão, da atenção e dos usuários; Produção da análise bromatológica e padronização de dietas enterais a base de alimentos para uso em terapia nutricional no SUS; processo de construção do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para

Alergia à Proteína do Leite de Vaca);

- Instituição da Agenda de Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (ANDI), que priorizou os municípios que ainda apresentam altas prevalências de baixo peso/idade em crianças menores de cinco anos, propôs uma abordagem intersetorial nos territórios de atuação das equipes de Atenção Básica para a prevenção e cuidado da desnutrição infantil, além de inovar com a utilização de mecanismo de adesão com pactuação de metas e repasse financeiro vinculado ao cumprimento das mesmas;
- Reposicionamento do debate e da produção técnica da CGAN/MS sobre Vigilância Alimentar e Nutricional, buscando fortalecê-la como ferramenta para a gestão do cuidado no SUS e monitoramento da SAN nos territórios;
- Revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira, com ampla consulta pública, que culminou na publicação com abordagem inovadora acerca da alimentação adequada e saudável, além de referenciar as práticas alimentares como efeito de um conjunto de aspectos do sistema alimentar.

#### **CRN 4 Como avalia a articulação entre o SUS e o SISAN na atualidade? Existe um processo de qualificação e fortalecimento da pactuação intersetorial?**

No âmbito do Governo Federal, avalio que sim. A atuação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) tem sido fortalecida e qualificada. Um exemplo disso foi a construção do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e a inclusão do Programa Temático de SAN no Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015 e todos os seus desdobramentos, incluindo o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação. Considero que a responsabilização de outras áreas do Ministério da Saúde, além da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, por metas do I Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e do Plano Brasil Sem Miséria, fortalece as contribuições do SUS no âmbito de políticas intersetoriais que contribuem para a SAN e para o enfrentamento das iniquidades sociais. Esforços têm sido empreendidos, sobretudo pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, locus de gestão do SISAN no Governo Federal, para apoiar a implementação do novo sistema nos estados e municípios. Existem experiências exitosas em curso, mas especialmente no âmbito dos municípios ainda são inci-

ipientes. Acho que a gestão compartilhada de programas intersetoriais, como o Bolsa Família e o Saúde na Escola, podem ser utilizados para impulsionar a ampliação da articulação intersetorial nos territórios e dar concretude ao propósito do SISAN nos municípios.

#### **CRN 4 Quais são os maiores desafios para a implementação efetiva da PNAN e da articulação SUS/SISAN?**

Assim como tantas outras políticas sociais, um dos maiores desafios é a inclusão da agenda da PNAN e da SAN nos planos de governo, incluindo orçamento para execução das estratégias prioritárias. No caso da articulação SUS/SISAN, destaco dois desafios: 1. A construção e garantia dos espaços de negociação e pactuação intersetorial nos estados e municípios e 2. O reconhecimento de que a prevenção e o controle dos desfechos da insegurança alimentar e nutricional (obesidade, desnutrição, carências de micronutrientes) não são de responsabilidade apenas do SUS e a concretização da ação intersetorial sobre os seus determinantes. Esse reconhecimento precisa estar presente na ação institucional dos diversos setores, e não apenas ser discurso de nutricionistas. Já para a implementação da PNAN, destaco a dificuldade de avançar na agenda de controle e regulação dos alimentos no país, com destaque para a regulação da publicidade de alimentos para o público infantil; a superação do modelo biologicista nas práticas de atenção nutricional nos serviços de saúde que focam na doença e no risco, com intervenções de caráter interventivo, restritivo e culpabilização dos indivíduos, além do desenvolvimento de estratégias de educação alimentar e nutricional que contribuam para escolhas alimentares saudáveis e atuem pela exigibilidade do direito à alimentação adequada.

#### **CRN 4 Qual o papel do nutricionista na implementação da PNAN e na articulação entre o SUS e o SISAN?**

Lembro que a PNAN é uma política de todos os profissionais do SUS e não somente do nutricionista. A complexidade dos cuidados em alimentação e nutrição exige a atuação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, das quais o nutricionista deve fazer parte. Acredito que seu núcleo específico de saber possibilita que o nutricionista seja protagonista, indutor e qualificador de práticas de cuidado em alimentação e nutrição no SUS e também da articulação deste com o SISAN. Ou seja, ele pode e deve disparar e qualificar os processos de organização da atenção nu-

tricional no SUS utilizando as ferramentas advindas de diferentes disciplinas que compõe sua formação. Mas, para atingir os melhores resultados precisa se articular com outros profissionais que também dispõem de ferramentas necessárias para a oferta da atenção integral à saúde e para a garantia da SAN. Mas o nutricionista ainda precisa enxergar o SUS como um amplo campo de atuação, um Sistema que visa garantir o direito à saúde de todos os brasileiros e que contribui para a SAN. A atuação do nutricionista no SUS não se resume a implementação de programas específicos, vai desde o planejamento e a execução de ações diretamente ligadas a atenção nutricional da população, como nos serviços de Atenção Básica (em suas diversas formas de organização), na atenção especializada ambulatorial ou hospitalar (seja na gerência da produção de refeições, no acompanhamento dos pacientes nas diversas clínicas, nos serviços de terapia nutricional, etc.) e na atenção domiciliar, como também no âmbito da gestão no Ministério e nas Secretarias de Saúde, na vigilância sanitária, na produção de ciência e tecnologia, na formação e qualificação dos trabalhadores, entre outros. As instituições formadoras precisam atentar para isso e adequar suas estratégias de modo que os nutricionistas realmente tenham formação generalista que permita a aproximação com estes diversos espaços de atuação.

#### **CRN 4 Acredita que eventos em nível estadual, como a XIII Jornada Estadual de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva (RJ), por exemplo, possam contribuir para implementação de novos programas, ou políticas?**

Espaços que permitam o diálogo, a troca de experiências, a construção coletiva de agendas prioritárias e a pactuação de responsabilidades são essenciais para a implementação de políticas públicas. Encontros como a Jornada promovida pela ATAN/SES-RJ possibilitam que os gestores e profissionais que atuam regionalmente possam compartilhar problemas do cotidiano e as possíveis formas de enfrentá-los, gerando oportunidades para que sejam construídas redes solidárias para a produção de estratégias inovadoras e eficazes para seus territórios. Ressalto que a participação de representantes do Ministério da Saúde nesses espaços deve ser reconhecida como oportunidade para conhecer as demandas locais, esclarecer dúvidas, acolher sugestões e avaliar suas estratégias de apoio e cooperação interfederativa.

## Fortalecimento profissional nas políticas públicas

O Nutricionista exerce um papel social fundamental na promoção da saúde, como facilitador do acesso ao DHAA e atua na prevenção e riscos relacionados à saúde pública, no planejamento, direção e controle de atividades, a fim de gerar soluções proativas que contribuam para o desenvolvimento da gestão do município. A partir disso, a Câmara Técnica de Políticas Públicas (CTPP) e a Fiscalização do CRN-4 decidiram estabelecer parceria com os Responsáveis Técnicos dos municípios do Rio de Janeiro e com os seus gestores, objetivando fortalecer o espaço institucional e o trabalho do nutricionista na implementação de políticas públicas nesses municípios. O projeto conta ainda com objetivos específicos

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, foram selecionados 15 para iniciar a ação, priorizados a partir do comparecimento às reuniões: São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Magé, Teresópolis, Petrópolis e Volta Redonda. As visitas foram iniciadas em março de 2014 e concluídas em dezembro do mesmo ano, atingindo toda a área de saúde e educação. De acordo com a Fiscalização, foi verificado que apenas sete desses municípios visitados tinham profissionais na Assistência Social.

O projeto está sendo desenvolvido em três etapas. A primeira é o levantamento de informações, por meio de reunião do CRN-4 com Nutricionistas Responsáveis Técnicos das áreas de saúde, educação, assistência social e dos municípios representativos das regiões do estado, a fim de estabelecer estratégias gerais de aproximação do Conselho junto aos municípios e conhecer a dinâmica de desenvolvimento das políticas públicas locais, condições de trabalho, quadro técnico e autonomia. As entrevistas dos coordenadores RT municipais são agendadas.

A segunda etapa consiste na aproximação com gestores municipais. Previamente ao encontro agendado é elaborado um relatório de visita, com informações relativas às necessidades identificadas pelo CRN-4 no diagnóstico realizado na primeira etapa. A proposta é buscar a manifestação dos gestores sobre os encaminhamentos para a solução dos problemas pautados na audiência, destacando-se a definição de prazos. Os encontros com os gestores são acompanhados pelos nutricionistas do município e um Conselheiro elabora um relatório, a fim de registrar a parceria entre a gestão municipal e o CRN-4, na perspectiva de avanços na implantação de políticas públicas de alimentação e nutrição.

A terceira etapa é o monitoramento das visitas, que visa acompanhar os prazos estabelecidos nas visitas aos gestores, com reunião no CRN-4. Na oportunidade, os nutricionistas e o responsável técnico pelos diversos segmentos dos municípios, apresentam as mudanças e os entraves para o desenvolvimento das ações de alimentação e nutrição. Para 2015, há a perspectiva que sejam visitados mais 11 municípios.

## XIII Jornada Estadual de Alimentação e Nutrição



A XII Jornada Estadual de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva do Rio de Janeiro, realizada dia 3 de dezembro de 2014 na Uerj, reuniu na mesa de abertura a conselheira do CRN-4 e coordenadora da Área Técnica de Alimentação da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (ATAN/SES-RJ), Myrian Cruz; a presidente do CRN-4 e Superintendente de Segurança Alimentar da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ, Kátia Cardoso dos Santos; a representante da Superintendente da Atenção Básica da Secretaria de Estado de Saúde/RJ, Dayane Lucena; a representante do Ministério da Saúde, Kelly Souza Alves e a diretora do Instituto de Nutrição da Uerj, Inês Rugani de Castro.

Kátia alertou sobre o momento de consolidação do SISAN no Estado do Rio de Janeiro e propôs que os nutricionistas se envolvam na articulação para adesão dos municípios ao Sistema. O principal objetivo é o de construção do Plano Estadual de SAN.

A mesa redonda “A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a articulação entre SUS e SISAN” contou com a moderação da professora da UFF, Luciene Burlandy. A palestrante Kelly Polliany de Souza Alves fez uma apresentação com o mesmo tema abordando a saúde a Segurança Alimentar e nutricional em suas dimensões. Também traçou um histórico da PNAN até a publicação da nova versão, publicada em 2011 (veja mais nas páginas 10 e 11 desta edição).

Myrian Cruz apresentou o tema “A responsabilidade da ATAN diante das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição”, resgatando a história da criação da Área Técnica de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (ATAN-SES/RJ) e seus objetivos. Ressaltou a importância da atuação do Grupo Técnico de Alimentação e Nutrição (GTAN), composto por representantes de várias instituições. Traçou uma linha do tempo de questões políticas de Alimentação e Nutrição e revelou dados sobre obesidade e doenças crônicas no estado.

Nelma Salvaya, conselheira do CRN-4 e coordenadora da ATAN de Cachoeiras de Macacu – Pólo Região Serrana abordou o tema “O GTAN e o apoio ao desenvolvimento das ações de Alimentação e Nutrição no Estado do Rio de Janeiro, com a colaboração da coordenadora da área técnica de São Gonçalo, Cássia Soares.

Os grupos de trabalho desenvolveram as discussões a partir de perguntas norteadoras: Na prática, como a PNAN é usada para o planejamento e desenvolvimento das ações de Alimentação e Nutrição em seu município? Como é o processo de trabalho da ATAN com os demais setores, com as equipes de saúde e os nutricionistas do município? Quais as condições que favorecem e dificultam a articulação no trabalho? Quais estratégias você considera importantes para organizar a Atenção Nutricional?

# Nutricionista na Área da Assistência Social

No dia 8 de outubro de 2014, foi realizado no auditório da sede do Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (CRN-4) o evento “O Nutricionista na Área de Assistência Social”, promovido pela Câmara Técnica de Políticas Públicas (CTPP) e com a presença de profissionais que atuam nesse segmento. Na abertura, a presidente do CRN-4, Kátia Cardoso dos Santos, destacou a importância das ações de aproximação do Conselho com os gestores municipais. Ressaltou que é fundamental para o Conselho definir as atribuições do nutricionista na área de Assistência Social. Segundo a presidente, é preciso que o nutricionista pense os direitos sociais pelo viés da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) associado à Saúde. Ela ainda agradeceu a presença de todos, pois o evento tinha como proposta ouvir os profissionais que atuam na área auxiliando na construção dos encaminhamentos que serão necessários ao projeto da Câmara Técnica.

A coordenadora da CTPP, Myrian Cruz, enfatizou que um dos objetivos era dar subsídios para o Conselho federal de Nutricionistas (CFN) sobre essa temática. Além disso, acrescentou que é preciso proteger de alguma forma o trabalho já desenvolvido em alguns municípios do estado do Rio de Janeiro. Ela lembrou ainda que em Campos dos Goytacazes já há um compromisso dos gestores, como desdobramento do Projeto de Fortalecimento Profissional nas Políticas Públicas, de criação de cargos para nutricionistas na Secretaria de Assistência Social.

A diretora da Anerj e assessora técnica da Superintendência de Segurança Alimentar e Renda da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), Márcia Valéria, fez uma apresentação resgatando sua história profissional e os desafios para o desenvolvimento de seus trabalhos nessa área. Apresentou a estrutura organizacional da SEASDH, esclareceu pontos relativos ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), como a necessi-



Myrian Cruz, coordenadora da CTPP

dade de implementar ações intersetoriais, interdisciplinares e parceiras. Ela listou os programas governamentais para a promoção da SAN e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e abordou o marco legal do Estado do Rio de Janeiro no contexto da SAN. Salientou que é preciso pautar o trabalho técnico nas boas práticas, pois atualmente o papel do nutricionista está sendo cada vez mais valorizado, especialmente em atividades como a aquisição, recebimento e armazenamento dos alimentos, tendo em vista que a cadeia de Segurança Alimentar e Nutricional vai da produção ao consumo. Apontou vários exemplos de como pode ser a atuação do nutricionista nesta área, que com sua prática generalista, se torna um diferencial na recuperação de doentes, no campo da saúde mental, salientando que o nutricionista pode contribuir muito na área da Assistência Social: na saúde, na gestão, na educação alimentar e nutricional, na economia e na elaboração de termo de referência dos contratos de serviços.

A nutricionista Ana Maria Florentino relatou que desde 1987 esteve próxima à área de Assistência Social

e nessa época já aconteciam problemas com o quadro técnico. “Os nutricionistas eras associados apenas ao trabalho da cozinha”. Ela acredita que é preciso sensibilizar os assistentes sociais, gestores e outros profissionais sobre as competências técnico-científicas do nutricionista. Mas alertou que também é necessário se aprimorar politicamente, com cursos de formação que permitam que o profissional não fique restrito a esfera técnica.

Myrian concordou com Ana Maria e acrescenta que é preciso atuar como educador para os usuários que são excluídos ao acesso à informação e deixar de apenas distribuir os alimentos. Como profissionais de saúde, os nutricionistas precisam ter acesso aos relatórios e devem se articular e mostrar seu papel. Ressaltou a importância de conhecer melhor o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), toda a legislação e equipamentos da área, além do funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Todos os nutricionistas presentes, representando seus municípios, apresentaram os trabalhos já desenvolvidos e trocaram experiências, em grupos de trabalho.

## Nutricionista e o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada

\* Alcemi Barros

**N**o Brasil, observa-se a notoriedade que o campo da alimentação e nutrição conquistou nas últimas décadas. Recentemente, a luta pela garantia do direito das pessoas se alimentarem contribuiu para esta projeção.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), conclama os nutricionistas a se apropriarem cada vez mais das políticas públicas existentes. A atuação do profissional de maneira integrada, intersetorial e contextualizada, tem sido cada vez mais exigida.

A recente revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira, o Plano Nacional de SAN e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, mostra a importância dos nutricionistas no cenário diverso, complexo e desafiador, nos agravos nutricionais da população brasileira.

Nesse sentido, a formação e atuação profissional devem ser pautadas na ótica do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada, na qual o alimento e a nutrição não podem ser vistos de maneira desconectada da realidade, nem da garantia de outros direitos. Quando o direito básico à alimentação é violado, certamente outros direitos não estão assegurados ao ser humano.

As políticas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são importantes espaços de conquistas e desafios para a atuação profissional. Ao mesmo tempo, nos auxiliam enquanto nutricionistas a responder a uma simples questão: a que viemos neste mundo?

Visite o blog do GESAN: <http://gesan-ppk.blogspot.com>



Gesan: Kitoko, Barros e Scipione

## Sindinutri-ES em ação

**D**e acordo com o presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Espírito Santo, Alexander Fernandes da Silva, o terceiro semestre deste ano foi movimentado na entidade: dois casos rescisão contratual, 12 casos com soluções de conflitos trabalhistas (salário), soluções de três conflitos relacionados ao PAT, disponibilidade de oportunidades de emprego para os Nutricionistas (dezoito vagas), solicitação de fiscalização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em duas empresas, assessoria diária para cerca de vinte nutricionistas – via telefone, atendimento presencial e redes sociais; fechamento de Acordo Coletivo de Trabalho com o Hospital Metropolitano; acordos finais para fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho com o SINDBARES; realização de vinte e quatro homologações conferindo e cobrando o que realmente é de direito do Nutricionista; prestação de assessoria jurídica para 12 Nutricionistas e participação efetiva nos principais eventos da Categoria.

Alexander informa que o sindicato estará em recesso no mês de janeiro de 2015.

## Dia do Nutricionista CRN-4 faz parceria com Anees e Aceles

Para celebrar o Dia do Nutricionista e o Dia Nacional do Celíaco, o Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª região (CRN-4), com o apoio do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo (Consea/ES), a Associação de Nutrição do Espírito Santo (Anees), a Associação de Celíacos do Espírito Santo (Aceles), e do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo (Fosan-ES), realizaram o Simpósio “A Doença Celíaca e a Negação dos Direitos”. O evento, que aconteceu no dia 2 de setembro, no Auditório II “Augusto Ruschi” – Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), teve o objetivo de debater, sensibilizar a sociedade e formular proposições voltadas para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada, a promoção da saúde e a inclusão social da pessoa com doença celíaca.



# Balanço de Gestão

A publicação do balancete 2014 na última edição do ano marca o compromisso com a transparência da gestão “Articulação e Atitude: ampliando conquistas”. A gestão acredita que os profissionais que contribuem com suas anuidades devem acompanhar como os recursos estão sendo geridos. Cabe registrar que o CRN-4 elabora anualmente um plano de metas e um relatório de ações efetivadas que, junto à prestação de contas do exercício, são encaminhadas ao Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e ficam à disposição do Tribunal de Contas da União (TCU). As ações realizadas pelo Conselho visam dar visibilidade e atender aos interesses dos Nutricionistas e Técnicos em Nutrição e Dietética. Para isso, contamos com um setor contábil que faz o controle das despesas com ética e responsabilidade.

BALANÇO FINANCEIRO		JAN A NOV/2014
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>4.137.291,30</b>
ANUIDADES		3.504.524,05
FINANCEIRAS		438.555,80
SERVIÇOS		145.056,51
OUTRAS RECEITAS		47.100,58
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		2.054,36
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>		<b>2.718.013,24</b>
<b>TOTAL</b>		<b>6.855.304,54</b>
DESPESAS		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.576.109,95</b>
PESSOAL E OBRIGAÇÕES		2.577.568,34
MATERIAL DE CONSUMO		52.988,55
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS PF		254.918,98
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS PJ		554.658,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		135.975,50
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		134.234,09
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>		<b>166.923,75</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>		<b>3.877.267,79</b>
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO</b>		<b>2.978.036,75</b>

## Anuidade 2015

Segue os valores das anuidades de 2015 para pessoa física:

### NUTRICIONISTAS

Cota única com desconto de 10% vencimento em 06/02/2015	R\$ 312,72
Cota única sem desconto vencimento em 07/07/2015	R\$ 347,47
Parcelamento em 5 vezes de R\$ 69,49	1ª de 5 em 06/02/2015 2ª de 5 em 07/04/2015 3ª de 5 em 08/05/2015 4ª de 5 em 08/06/2015 5ª de 5 em 07/07/2015

### TND

Cota única com desconto de 10% vencimento em 06/02/2015	R\$ 156,37
Cota única sem desconto vencimento em 07/07/2015	R\$ 173,74
Parcelamento em 5 vezes de R\$ 34,75	1ª de 5 em 06/02/2015 2ª de 5 em 07/04/2015 3ª de 5 em 08/05/2015 4ª de 5 em 08/06/2015 5ª de 5 em 07/07/2015

## Nutricionistas prestigiam Congresso

O Congresso Brasileiro de Nutrição - Conbran 2014 foi realizado de 17 a 20 de setembro, em Vitória/ES. A programação foi extensa e variada com o objetivo de atender a todas as áreas de atuação do Nutricionista e debater sobre questões atuais.

O Encontro Nacional das Entidades de Nutricionistas (Enaen), aconteceu antes da abertura oficial do congresso. Na solenidade oficial de abertura, foi lançado o prêmio Liselotti Ornelas, em homenagem a nutricionista que se destacou no Brasil. O presidente do CFN, Éldo Bonomo, abordou em sua conferência magna o tema principal do evento “Alimentação e Nutrição nos Excessos e na Fome Oculta: Onde Estamos e para Onde Vamos?”, em que chamou a categoria a refletir sobre sua atuação e a lutar por políticas públicas que favoreçam a inserção do nutricionista no mercado de trabalho. Destacou a importância de se orientar a população para uma alimentação adequada, que esteja de acordo com a sustentabilidade do planeta. Ressaltou ainda que o nutricionista precisa se mobilizar, se organizar e se articular com outros segmentos da sociedade, além de fortalecer as próprias entidades da categoria.

Bonomo alertou ainda que é preciso rever práticas pedagógicas e mostrar como o nutricionista pode ser



*Cine Nutri foi uma das novidades do Conbran 2014*

útil para a sociedade, tendo em vista que tem como meta a saúde da população com um trabalho pautado na ética, na ciência e no saber. “É necessário que tenhamos políticas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada, com um projeto de desenvolvimento sustentável e sem injustiça social”, concluiu.

Uma das palestras concorridas foi a de Biofortificação de Alimentos, com os palestrantes Leonardo Melgarejo e Hérica Stampine Duarte Martino. A moderação ficou a cargo de Sônia Lucena. A mesa redonda sobre o Conflito de Interesses na Relação Pú-

blico-Privado em Alimentação e Nutrição, com Inês Rugani Ribeiro de Castro (Uerj) e Fábio Gomes (INCA) também teve a sala com lotação esgotada. A moderação deste relevante debate ficou por conta de Luciene Burlandy (UFF). Eles apontaram o conflito no âmbito da produção de conhecimento, da formação em Nutrição, da atuação profissional e das políticas públicas vigentes. A utilização indiscriminada de agrotóxicos também foi um tema bastante discutido pela categoria em algumas palestras.

O CFN coordenou o Fórum sobre o Código de Ética, onde todos puderam discutir as diretrizes para a elaboração de um novo documento. As sugestões dos congressistas foram encaminhadas por meio de uma cédula. Uma ação interativa teve o objetivo de incentivar a colaboração da categoria a depositar a sua opinião em urna instalada no estande do Sistema CFN/CRN. Muita gente também procurou o local para garantir a sua camiseta “Orgulho de Ser Nutricionista” e o broche com o símbolo da Nutrição. A grande procura mostrou a satisfação dos participantes quanto ao slogan estampado, que virou hashtag nas redes sociais. Já no estande do CRN-4, compartilhado com o CRN-9 foi planejada uma ação itinerante, em que os nutricionistas



*Projeto Itinerante funcionou no estande do CRN-4*



tiveram a oportunidade de atualizar cadastro e receber orientações fiscais.

A programação trouxe ainda reuniões, debates e mesas redondas sobre temas ligados à formação do nutricionista. Uma novidade foi a realização do Nutri Cine, uma parceria com o Observatório de Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cujo coordenador, Edgar Rebouças, abordou a representação dos alimentos na publicidade de alimentos e os mercados possíveis. Apresentou dados importantes para se compreender a formação dos consumidores. Também participou deste debate a professora da UFES, Gabriela Alves, que apresentou um vídeo abordando o controle ideológico do corpo feminino por meio da alimentação. O debate foi mediado pela coordenadora de Fiscalização do CRN-4, Samara Crancio.

A mesa redonda com o tema “Boas Práticas em Serviços de Alimentação” que teve a participação da conselheira do CRN-4, Luciléia Colares, também despertou o interesse do público. Ela relatou que ainda há problemas na avaliação de sobras e restos e o não uso de ficha técnica. Contou que, de modo geral, os estabelecimentos não compram produtos orgânicos e de agricultura familiar, além disso há uma baixa capacitação de manipuladores, incluindo a temática de uso racional.

O CFN se reuniu com coordenadores das unidades técnicas do Sistema CFN/CRN para analisar recomendações e pareceres elaborados pelos Regionais sobre os chamados “temas emergentes”, que envolvem questões relacionadas à prática e à conduta profissional tais como: nutrição estética, fitoterapia, prescrição de suplementação nutricional e exames laboratoriais, bem como as dietas enterais, detox e vegetariana.

### **Guia Alimentar Brasileiro: nova edição considera transversalidade do alimento**

A transição do Brasil da desnutrição para a obesidade, a inserção, na pauta pública, da educação alimentar e nutricional e o surgimento de novos padrões alimentares são algumas das



*CRN-4 presente nos grupos de trabalho*

questões que levaram à revisão do Guia Alimentar Brasileiro, explicou a coordenadora geral de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde, Patrícia Jaime, na mesa redonda “Guias Alimentares: o que há de novo?”. Segundo ela, a revisão do guia teve como principal diretriz a promoção de alimentação adequada em seus aspectos biológicos, socioculturais e sustentáveis.

- Pensamos o alimento em toda sua transversalidade, tendo em vista a dimensão biológica, psicossocial, cultural, ambiental, econômica, política e de direito, além do diagnóstico de saúde nutricional da população e a transição demográfica e epidemio-

lógica, relacionando alimento/homem/sociedade.

Segundo Patrícia Jaime, o marco do novo guia foi lançado em dezembro de 2012, sendo suas ações pontuadas pela sustentabilidade social, ambiental e econômica, o sistema alimentar em sua integralidade, a valorização da cultura alimentar local e o respeito pela diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade de saberes de diferentes naturezas. “O guia é produto do reposicionamento e re-significação da política nutricional”, resumiu.

Além de Patrícia, participou da mesa a nutricionista Mercedes Paiva, da Argentina, e Mónica Méndez Paiz, da Guatemala.

Na mesa redonda “Novos cenários para a prática em Nutrição Clínica”, a nutricionista Nelzir Trindade Reis apresentou a palestra “Polifarmácia”, em que explicou a diferença entre plantas medicinais e fitoterápicos, enfatizando a interação drogas/nutrientes que, segundo ela, remonta aos primórdios da humanidade. Nelzir destacou que algumas interações de fármacos/fitoterápicos podem interagir e provocar reações tóxicas ao organismo.

Também fez parte da mesa, como palestrante, a nutricionista Michelle Barrella, (Espírito Santo) e Rebecca Rodriguez (Guatemala), além de Eliane Vaz, que coordenou os trabalhos.

**Conbran reúne cerca de 4 mil pessoas e produz Carta de Vitória em que aponta questões importantes para inclusão na Agenda Pública Nacional e Ibero-americana no que se refere a SAN.**

## Debate marca data comemorativa



ícones da profissão debatem temas importantes da Nutrição

**O** Dia do Nutricionista e os 73 anos de profissão no país foram comemorados pelo CRN-4 com o debate “A influência da propaganda na alimentação, a necessidade de regulação da relação público-privado em alimentação e nutrição e as perspectivas e desafios da nutrição na atualidade”, no auditório da Escola de Nutrição da UNIRIO, em parceria com a Anerj e Unirio. O evento, que aconteceu dia 4 de setembro, contou com a presença das nutricionistas Luciene Burlandy (UFF), Luciléia Colares (UFRJ), Fábio Gomes (INCA) e Nelzir Trindade Reis (Santa Casa Hospital Geral Rio de Janeiro), sob a mediação da conselheira Myriam Cruz (ATAN/SES-RJ).

O CRN-4 inovou, desta vez disponibilizando um e-mail para que os participantes do debate encaminhassem perguntas aos convidados, para aumentar a dinâmica da discussão. Na abertura do evento, a presidente do CRN-4, Kátia Cardoso dos Santos, agradeceu aos palestrantes, que classificou como “ícones e profissionais de renome na área”, por terem aceitado o convite, e parabenizou a categoria pela data.

Decana do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, a professora Ana Maria Wandell enfatizou a importância de ter sido eleita para a

direção do Centro, para a qual concorreu com dois candidatos, o que resultou no fim da hegemonia de médicos no cargo. Satisfeita pelo fato de “a Escola de Nutrição estar tomando conta de seu patrimônio” – em referência ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

O diretor da Escola de Nutrição da UNIRIO, Anderson Teodoro, lembrou que eventos como o promovido pelo CRN-4, que reúne professores, alunos, ex-alunos, docentes e representantes de outras instituições discentes, contribuem para compor a identidade e a formação profissional.

A coordenadora do curso de Nutrição (integral) da UNIRIO, Rosa Sá Alves, disse sentir orgulho pelo fato de o evento estar sendo realizado na Unirio e em parceria com ela. Parabenizou o Conselho pela escolha do tema. “O CRN-4 está mostrando como é bom ser nutricionista.” A coordenadora do curso noturno de Nutrição da UNIRIO, Alessandra S. Pereira, elogiou a parceria do CRN-4 com a universidade, e comentou que enfrenta o desafio de formar a primeira turma do primeiro curso de Nutrição noturno da Unirio.

A diretora da ANERJ, Márcia Valéria Nascimento, afirmou que o evento era uma demonstração de que vale a pena investir na profissão, e que era uma honra aproveitar os conhecimentos dos

convidados. Segundo ela, é necessário reforçar a parceria com a Associação em prol do futuro da profissão.

### Palestrantes defendem papel do nutricionista como educador

Para a nutricionista Luciene Burlandy, da Universidade Federal Fluminense (UFF), os hábitos alimentares da população levam a refletir sobre os aspectos preocupantes dos alimentos processados, o preparo dos alimentos, como e onde são consumidos, além da relação de consumo dos processados às práticas. Ela considerou, no entanto, que o Brasil se diferencia dessa tendência, porque ainda potencializa a diversidade na alimentação. Ela avaliou que a formação do nutricionista dá possibilidade de o profissional se especializar em outras áreas. Sugeriu que o assunto seja discutido com a população diariamente, levando em conta a diversidade de acesso e renda, “a fim de encontrar caminhos que viabilizem a socialização de práticas saudáveis mais ideais”. “Somos formados para entender, entre outras questões, os aspectos sociais, psicossociais e econômicos do paciente. Precisamos lançar mão desses elementos para trabalhar como educador, compartilhando concepções, estratégias e políticas públicas”.

A conselheira do CRN-4 e nutricionista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luciléia Colares, defendeu investimentos em educação alimentar e nutricional diferenciada. “É preciso buscar novas formas de ação porque, muitas vezes, o nutricionista esquece que é educador”, assinalou. “Acredito que há espaço para educação alimentar e nutricional na nutrição coletiva”. Ela destacou que alguns fatores, como o fechamento de restaurantes em empresas e a maior utilização do cartão-refeição, contribuem para a perda de qualidade na alimentação e o aumento no consumo de alimentos ultraprocessados e industrializados. Ela alertou para a importância de refletir sobre a produção do alimento e de onde ele vem, além de incentivar a agricultura familiar.

A nutricionista Nelzir Trindade Reis, da Santa Casa Hospital Geral Rio de Janeiro, alertou que a má nutrição é mais preocupante do que a obesida-

de. “Muitas crianças estão morrendo e as estatísticas públicas não se interessam”, denunciou. Ela responsabilizou a mídia, o nutricionista – “que é, sobretudo, um educador” – e a universidade por essa política. “É preciso dar o exemplo, onde já se viu máquinas de Coca-Cola e cafezinho nas universidades de Nutrição?”, indagou. Enfatizou que está na hora alertar a população que ela está afundando na má nutrição, que leva ao enfraquecimento do desenvolvimento mental e até a morte. Nelzir atribuiu essa situação à falta de maior conhecimento em relação ao alimento, que é o instrumento de trabalho do nutricionista, de administração e de técnica dietética, do papel do paciente, de humanização e interação entre as áreas.

Mediadora do debate, a conselheira do CRN-4 Myrian Cruz ressaltou a importância do nutricionista como educador e alertou para a invasão de mensagens subliminares da indústria alimentícia nos lares. “A indústria quer padronizar o gosto do alimento, o que fica caracterizado em mensagens como “meu arroz, meu feijão”, tentando interferir na culinária da nossa casa. Existe interesse muito grande da indústria quanto ao papel do nutricionista”, alertou.

### Nutricionista do INCA alerta sobre efeitos nocivos da publicidade

A influência da propaganda na alimentação e a necessidade de regulação da relação público-privado em alimentação e nutrição pontuaram a palestra do nutricionista Fábio Gomes, do Instituto Nacional de Câncer (INCA), que ficou responsável pelo segundo momento do evento. Ele afirmou que o nutricionista precisa identificar se a política, os produtos comercializados e as práticas alimentares da empresa à qual vai se associar condiz com o interesse público e a política, os produtos e as práticas da empresa em que trabalha.

Fábio Gomes ressaltou que o nutricionista também pode recorrer a instrumentos da própria profissão, como o Código de Ética do Nutricionista (resolução CFN nº 334/2004), que dispõe sobre a atuação profissional. E citou exemplos que permitem identificar em-

presas cuja política não é direcionada ao interesse público, como a Coca-Cola, o McDonald, Pepsi Co e Nestlé.

- Além de oferecerem produtos não saudáveis, essas empresas estimulam a compulsão desde a infância e o hábito de comer rápido como algo bom, utilizando, para isso, a publicidade, cujos mecanismos de persuasão impossibilitam qualquer julgamento – alertou, acrescentando que a Nestlé conta com psicólogos e analistas sensoriais em seu laboratório “a fim de tornar seus chocolates irresistíveis”.

Ele alertou ainda que a rotulagem e o portfólio das empresas também são usados como publicidade. Segundo Fábio, um estudo na Inglaterra, com crianças de cinco e seis anos, testou os mesmos cereais em duas embalagens, sendo um deles com a imagem de um pinguim. Resultado: elas disseram que o do pinguim era mais gostoso. “Isso demonstra – ressaltou – que a modificação do rótulo provoca uma transformação de sensação e sabor”.

O nutricionista apontou outras formas de persuasão como a exposi-

ção dos produtos nas lojas, o tempo e a frequência da exposição e a localização dos produtos nas prateleiras. De acordo com Fábio, pesquisas demonstram que o autocontrole é como um músculo que, em pouco tempo, não aguenta a pressão. Outro estudo, que “parece ficção científica”, ironizou Fábio, revela que indústrias estão contratando designers para fazer embalagens em que os desenhos dos personagens façam contato com o ângulo de visão das crianças. “Nem a expertise protege da persuasão”, lamentou. “A população está o tempo todo sendo influenciada a consumir”. E criticou o fato de o principal patrocinador do 20º Congresso Internacional de Nutrição, realizado em Granada (Espanha), em 2013, ter sido a Coca-Cola – o evento foi promovido pela União Internacional das Sociedades da Nutrição em colaboração com a Sociedade Espanhola da Nutrição. Entre as iniciativas que se contrapõem a isso, Fábio Gomes citou a organização do World Nutrition Rio 2012, que não teve financiamento da indústria alimentícia.

## Seminário virtual

# CRN-4 e Telessaúde Parceria para comemorar Dia do Nutricionista



Em comemoração ao Dia do Nutricionista, o CRN-4 promoveu o seminário virtual “Atuação em Nutrição Clínica Hospitalar”, em parceria com o Telessaúde da Uerj, no dia 2 de setembro. A coordenadora de fiscalização do Conselho, Samara Crancio, mediou o bate-papo da nutricionista e docente Nelzir Trindade Reis e do nutricionista Roberto

Mozart com nutricionistas do Rio de Janeiro e de vários estados.

Para quem não assistiu, o seminário estará disponível, em breve, no site do Telessaúde. Basta acessar o link <http://www.telessaude.uerj.br/ava/>, se cadastrar e depois é só acessar o quadro Tele-educação e “eventos gravados”.



Em 2015



Semeie Alegrias

Colha Fraternidade



Prepare com Amor

Junte Felicidade, Paz e Harmonia



Sua Saúde



Desejamos a todos um  
Feliz Ano Novo